

SAÚDE

# Sarney quer sugestões para a política de saúde

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

A saúde deve figurar na Constituição como um direito do cidadão? Em caso positivo, como fazer uma reforma sanitária capaz de adequar o atual sistema de saúde às novas exigências legais, ao atendimento a todos os brasileiros? E qual o papel da rede hospitalar pública e particular neste novo sistema? Com o objetivo de formular propostas para uma nova política nacional de saúde, as respostas a essas perguntas serão apresentadas ao presidente José Sarney logo após a 8ª Conferência Nacional de Saúde, convocada pelo próprio presidente, a ser realizada em Brasília, de 17 a 21 deste mês. As propostas de reforma já estão sendo debatidas em seminários estaduais organizados por uma comissão especial formada por políticos, cientistas, médicos e trabalhadores, e presidida pelo professor Sérgio Arouca, presidente do Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Amanhã, em São Paulo, continuam os debates sobre saúde e Constituição. A tendência, segundo informou Sérgio Arouca, é mesmo propor a inclusão no texto da Constituição de forma clara e explícita: "A saúde é direito de todos os cidadãos, aspecto ainda não abordado até hoje em nenhuma Constituição do País". Essa decisão, que depende da Assem-

bléia Nacional Constituinte, implicaria a obrigação do Estado em prestar assistência médico-sanitária a todos os brasileiros. Hoje, a Previdência não está obrigada por lei a atender desempregados.

Dotar a Previdência de uma máquina administrativa e técnica capaz de atender a todos, acabando com as filas e melhorando a qualidade dos serviços, "só dependeria de uma decisão política, como vimos há pouco em relação ao pacote econômico do governo". Além disso, disse Arouca, "o governo já demonstrou no ano passado algumas decisões políticas de Saúde, que realmente estão sendo implantadas: tornar o País auto-suficiente em vacinas até 1990 e produzir kits-diagnóstico da Aids até o final do ano".

Arouca lembrou que uma mudança drástica na política de saúde também pode conquistar votos: "É só acabar com as filas, erradicar doenças com vacinas produzidas no País, garantir medicamentos básicos gratuitos a todos os brasileiros e distribuir melhor a assistência médica, principalmente na zona rural". Ele propõe ainda a "correção de uma privatização da assistência médica não controlada pelo governo, buscando relações dignas entre setor público e privado. O objetivo seria aumentar o padrão de qualidade da assistência oferecida pelos hospitais particulares conveniados, segundo as

leis do próprio mercado capitalista.

O Estado determinaria as necessidades médicas de uma cidade ou região, e convocaria — se sua capacidade instalada não for suficiente — clínicas e hospitais particulares de qualidade. As necessidades da população devem estar acima do desejo das empresas. O Estado não é obrigado a contratar serviços de qualquer hospital como vem ocorrendo".

Algumas medidas o Congresso poderia aprovar ainda antes da Constituinte, conforme espera Arouca: a taxação relativa à previdência sobre o lucro das empresas e não sobre o salário do trabalhador, estipular proporção entre orçamentos de Saúde federais e estaduais, além da taxação maior sobre produtos perigosos à saúde, como o fumo.

Arouca, que também amanhã discursará no Rio, e no domingo em Curitiba, entende que o atual sistema de saúde do Brasil, "o pior da América Latina, não resolve sequer os problemas sanitários mais básicos". Além disso, existe o índice de "desemprego absurdo de profissionais de saúde num País que precisa muito deles. Isso sem falar das endemias e infecções hospitalares que continuam ameaçando, e muitas doenças que não são controladas por vacina apesar de terem tratamento de baixo custo".